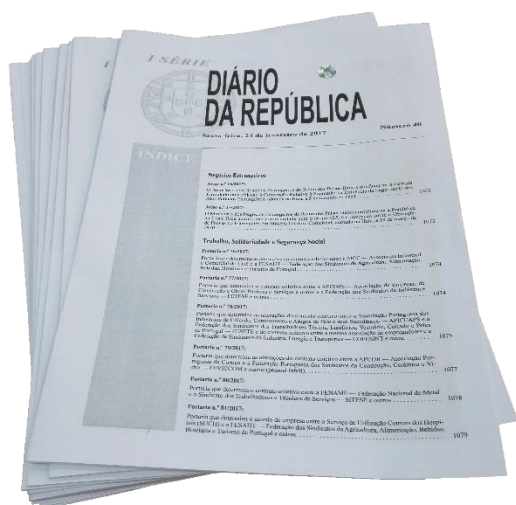


Digesto

NEWSLETTER N.º 20/2019

Período abrangido: **23 de Setembro a 4 de Outubro de 2019**



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 340/2019, de 1 de outubro](#)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 434/2008, de 18 de junho, que define a estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respectivas subunidades.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 325-A/2019, de 20 de setembro](#)

Estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, aprovado pela Decisão de Execução (UE) [2019/974](#), da Comissão, de 12 de junho, nos termos do [Regulamento \(UE\) n.º 1308/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, do Regulamento Delegado (UE) [2015/1366](#), da Comissão, de 11 de maio, e do Regulamento de Execução (UE) [2015/1368](#), da Comissão, de 6 de agosto.

[Portaria n.º 327/2019, de 24 de setembro](#)

Altera (segunda alteração) à [Portaria n.º 38/2019](#), de 11 de janeiro, que regula o regime de apoio a conceder aos projetos previstos no PNRegadios e enquadrados nos contratos de financiamento celebrados entre a República Portuguesa, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB).

[Portaria n.º 328/2019, de 24 de setembro](#)

Altera (primeira alteração) à [Portaria n.º 300-A/2018](#), de 22 de novembro, que determina a criação de duas linhas de crédito garantidas, destinadas a apoiar necessidades de tesouraria de cooperativas agrícolas e organizações de produtores, na sequência das quebras de produção das culturas afetadas dos respetivos associados atingidos pela tempestade Leslie.

[Portaria n.º 332/2019, de 24 de setembro](#)

Altera (sexta alteração) à [Portaria n.º 24/2015](#), de 9 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da medida n.º 9, «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

Portaria n.º 333/2019, de 24 de setembro

Procede ao aditamento da disposição interpretativa da alínea a) do n.º 1 do Anexo I do Regulamento de Aplicação da Ação n.º 4.3.1, «Serviços de Aconselhamento Agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), aprovado pela Portaria n.º 481/2009, de 6 de maio.

Portaria n.º 338/2019, de 30 de setembro

Altera (oitava alteração) à [Portaria n.º 152/2016](#), de 25 de maio, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 346/2019, de 3 de outubro

Aprova a taxa aplicável pelo registo de animais de companhia no Sistema de Informação de Animais de Companhia.

AMBIENTE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 161/2019, de 26 de setembro

Determina o cofinanciamento anual, pelo Fundo Ambiental, do valor de investimento relativo à instalação do cabo submarino de ligação ao projeto Windfloat, pelo período de 25 anos.

Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro

Aprova a revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais previstas no Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro

Procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.

DEFESA

Portaria n.º 329/2019, de 24 de setembro

Altera Regulamento para a Atribuição das Casas de Renda Económica do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA).

ELEIÇÕES

[Mapa Oficial n.º 9/2019, de 30 de setembro](#)

Torna público o mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 22 de setembro de 2019.

FINANÇAS

[Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro](#)

Procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos.

[Decreto-Lei n.º 146/2019, de 27 de setembro](#)

Define o processo de alienação das participações sociais detidas pela Caixa Geral de Depósitos, S. A., no capital social da sociedade Banco Comercial do Atlântico, S. A.

[Portaria n.º 339/2019, de 1 de outubro](#)

Aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo, que constam do Anexo I, da qual faz parte integrante.

JUSTIÇA

[Decreto-Lei n.º 145/2019, de 23 de setembro](#)

Estabelece o regime remuneratório das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos.

[Portaria n.º 326/2019, de 23 de setembro](#)

Altera os Estatutos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., aprovados em anexo à [Portaria n.º 386/2012](#), de 29 de novembro.

Portaria n.º 330/2019, de 24 de setembro

Fixa o quadro dos Procuradores-Gerais Adjuntos de coadjuvação e substituição do Procurador-Geral da República nos Tribunais Superiores e o quadro dos vogais do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República e revoga a [Portaria n.º 265/99](#), de 12 de abril.

Portaria n.º 341/2019, de 1 de outubro

Regulamenta os modelos a que devem obedecer os articulados no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa, previstos no n.º 3 do artigo 99.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, bem como os formulários de articulados suscetíveis de determinar a redução da taxa de justiça aplicável aos processos administrativos, previstos no n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais.

Portaria n.º 342/2019, de 1 de outubro

Altera o regime de cobrança das taxas devidas nos julgados de paz e fixa os termos da respetiva repartição entre o Ministério da Justiça e os Municípios e demais entidades parceiras referidas nos atos constitutivos de cada julgado de paz.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 148/2019, de 1 de outubro

Revoga os estatutos de três fundações, com vista à sua adequação ao disposto na Lei-Quadro das Fundações.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 147/2019, de 30 de setembro

Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo.

Aviso n.º 93/2019, de 1 de outubro

Torna público terem sido cumpridos os respetivos requisitos do direito interno de entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, a 18 de setembro de 2018.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2019/A, de 4 de outubro](#)

Regulamenta o [Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A](#), de 5 de julho, que criou o Conselho Económico e Social dos Açores.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2019/A, de 4 de outubro](#)

Cria a Central de Serviços Partilhados da Ilha das Flores.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 347/2019, de 4 de outubro](#)

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores.

[Portaria n.º 348/2019, de 4 de outubro](#)

Regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e a Segurança Social no âmbito dos processos tutelares cíveis e de promoção e proteção.

TRIBUNAIS

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5/2019, de 26 de setembro](#)

Fixa jurisprudência nos seguintes termos: «O despacho genérico ou tabelar de admissão de impugnação de decisão da autoridade administrativa, proferido ao abrigo do disposto no artigo 63.º, n.º 1, do Regime Geral das Contra-Ordenações, não adquire força de caso julgado formal.»

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 450/2019, de 2 outubro

Decide pronunciar-se pela inconstitucionalidade [fiscalização preventiva] da norma constante do n.º 2 do artigo 1.º do decreto legislativo regional que "Institui e disciplina a atribuição de um suplemento remuneratório aos trabalhadores da Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas que prestem trabalho em condições de risco e penosidade", aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira em 3 de julho de 2019.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2019, de 2 de outubro

À violação das regras de competência em razão do território em oposição a execução fiscal aplica-se o disposto no artigo 17.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, pelo que a infração das regras de competência territorial determina a incompetência meramente relativa do Tribunal (cfr. o n.º 1 do artigo 17.º do CPPT), que apenas pode ser arguida pelo executado, até ao termo do prazo para deduzir a oposição [cfr. a alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º do CPPT], não podendo ser arguida pela Fazenda Pública nem ser oficiosamente conhecida pelo Tribunal.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2019, de 2 de outubro

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: «No âmbito do regime jurídico de empreitadas de obras públicas consagrado no DL n.º 59/99, de 2 de Março, e no caso de uma empreitada de concepção/construção de obra adjudicada sem prévio estudo geológico ou geotécnico do terreno por estar previsto que a realização do mesmo era obrigação do adjudicatário, a responsabilidade pelos custos com os trabalhos resultantes da rectificação do erro no projecto relativo às fundações recai sobre o dono da obra.»

Acórdão (extrato) n.º 394/2019, de 3 de outubro

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do artigo 1817.º, n.º 1, do Código Civil, na parte em que, aplicando-se às ações de investigação de paternidade, por força do artigo 1873.º do mesmo Código, prevê um prazo de dez anos para a propositura da ação, contado da maioridade ou emancipação do investigante.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**